Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

resenha
BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar**: 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Livros didáticos na formação do Brasil

Felipe Ziotti Narita*

A história dos livros no Brasil do oitocentos e dos primeiros tempos de República tem suscitado interessantes reflexões na historiografia brasileira. Das obras de Nelson Schapochnik (2005) e Marcia Abreu (2008) até a recente publicação organizada por Rafael Cardoso (2009) nota-se o complexo painel em que o espaço social do livro se construía: investigando o processo de escrita, publicação, circulação e leitura dos impressos (jornais, livros, panfletos etc.), os estudos citados desdobram as práticas letradas de uma nação que se pretendia ilustrar por meio da instrução. Não à toa, em meio ao afã civilizador das letras e das ciências, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, nota-se a grande difusão de um gênero de impresso cujas especificidades começam a ser devidamente analisadas: os livros escolares (compêndios, catecismos, cartilhas, livros de leitura – enfim, os chamados livros didáticos) destinados às escolas primárias, secundárias e normais. Esta é justamente a temática à qual Circe Bittencourt dedica seu livro "Livro didático e saber escolar" publicado em 2008 pela editora Autêntica.

A obra é fruto de uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 1993: entre a escrita da tese e a publicação em formato de livro, no entanto, trechos de sua argumentação não eram de todo desconhecidos do público, já que puderam ser publicados em periódicos especializados.[1] Se a autora, professora da Faculdade de Educação da USP e professora de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, já era amplamente reconhecida por seus trabalhos na catalogação de livros didáticos e pela organização da obra "O saber histórico na sala de aula" (1997),[2] a publicação de "Livro didático e saber escolar" novamente atesta a grande contribuição que Circe Bittencourt tem oferecido à historiografia brasileira – especialmente à história da educação.

A abordagem da autora privilegia um recorte temporal bastante amplo: o objetivo é analisar, entre 1810 e 1910, o

[1] Trata-se do texto "Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)" (2004) publicado na revista *Educação e Pesquisa*.

[2] Circe Bittencourt coordena o projeto "Livres", que oferece um amplo banco de dados para consulta de livros escolares brasileiros entre 1810 e 2005. O projeto pode ser acessado em: http://www2.fe.usp.br/estrutura/livres/ Último acesso: 29 dez. 2009.

Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

lugar do livro didático no momento de constituição do ensino escolar brasileiro. Trata-se de estudar o livro escolar de sua concepção à utilização em sala de aula, inscrevendo a temática no processo de construção do saber escolar: Bittencourt, dessa forma, aborda o livro didático e o espaço escolar por meio de uma pesquisa que se fundamenta na leitura de programas escolares do Estado, da Igreja e de instituições particulares, articulando-os às legislações de ensino e relatórios de autoridades – além de contar com o levantamento de dados dos grandes editores. A obra está dividida em três partes que, por sua vez, se subdividem em capítulos: a primeira parte ("Livro escolar e Estado") aborda "as formas como o poder instituído concebia o livro e o saber escolar" (BITTENCOURT, 2008, p. 19); na segunda parte ("Livro didático e disciplina"), o livro didático surge como uma mercadoria situada entre os interesses particulares e a ação do Estado, de modo que Bittencourt (2008, p. 21) enfatiza o "processo de constituição do saber escolar pela obra didática, tendo optado pela disciplina de História para desvendar esse processo"; a terceira parte ("Usos do livro didático"), enfim, apresenta a relação entre professores e autores na utilização dos manuais escolares na sala de aula – o que implica as diversas utilizações dos "discursos pedagógicos" dispostos na materialidade do texto impresso: desde as intenções do autor, direcionando "métodos" de leitura e emprego dos livros, até as disposições de figuras e exercícios que orientavam os usos do material na sala de aula.

Palavra impressa era palavra não vulgarizada. O poder investido ao texto didático, pois, logo tomou as preocupações dos grupos políticos com as possibilidades de difusão daquele gênero cultural. A exigência de "moralidade" na publicação e adoção dos livros, por exemplo, fundamentava uma espécie de política de controle da leitura em que, por meio da ação de diretores e inspetores – que indicavam aos professores uma lista das obras recomendadas –, tornava a obra didática um objeto passível de vigilância do Estado. Além do controle do saber escolar por meio dos textos, o livro representava a possibilidade de unificação do ensino pelo espaço nacional por meio da inserção dos leitores-alunos em uma mesma comunidade cultural: reveladores, nesse sentido, são os apelos para produção de obras didáticas nacionais, em detrimento das adaptações de obras estrangeiras, ao longo de todo o século XIX: a essa "nacionalização da literatura escolar", por exemplo, seguiram de perto as ideias de Gonçalves Dias e José Veríssimo, que deixaram transparecer o livro como instrumento de efetivação de programas de ensino, depositando a sorte da formação de professores e alunos no recurso ao impresso escolar.

Inserida na política do Estado para uso dos compêndios nas escolas, a confecção e a difusão da produção didática levada a cabo pelas editoras cedo transformou as obras didáticas em mercadorias consumidas em larga escala pela "indústria cultural" (BITTENCOURT, 2008, p. 63). Seguindo as trilha dessa transformação – de "objeto cultural" em "bem de consumo" –, a autora recorre a jornais, contratos e catálogos de editoras para avaliar a formação das casas de impressão no Brasil, de modo que, além dos grandes editores do Rio de Janeiro (Laemmert, Garnier, Nicolau Alves & Cia., Francisco Alves etc.), é possível observar a presença de algumas tipografias provinciais tais como a firma de Justine Honório José dos Santos

Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

(Pará), as edições de José Maria C. de Frias (Maranhão) e a Livraria Francesa (Bahia). O que a autora observa a partir das editoras nos anos 1860 e 1870 é que o livro didático rapidamente tornava-se o texto impresso de maior circulação – a "carne" da produção livresca –, caracterizando-se por "ter tiragens elevadas, comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado" (BITTENCOURT, 2008, p. 83).

Os compêndios definitivamente tomavam a cena na escola, de modo que programas curriculares e livros didáticos desempenhavam uma relação de total interdependência. A autora, nesse sentido, analisa uma disciplina específica, a História, "por permitir incluir uma reflexão sobre o seu papel na constituição de uma identidade nacional e de formação política dos alunos" (BITTENCOURT, 2008, p. 98). Acompanhando a presença da História Sagrada e da História Universal nas escolas, o estudo confronta o conteúdo dos programas escolares com os textos didáticos, evidenciando continuidades e descontinuidades entre os interesses do Estado e da Igreja, sobretudo a partir dos anos 1880, na formação moral dos alunos: o livro materializava relações de poder por meio da escrita de uma memória histórica que se situava entre o tempo sagrado da Criação e a moral profana do Estado. A História, ainda, tornava-se a matéria legitimadora do Estado-nação: especificamente no ensino de História do Brasil, Circe Bittencourt analisa a articulação entre o saber erudito e o saber escolar a partir da escrita dos compêndios de história pátria (Bellegarde, Abreu e Lima, Joaquim Manoel de Macedo, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, João Ribeiro etc.) – abordagem que, aliás, influenciou o importante livro de Arlette Gasparello (2004), dedicado à investigação das identidades nacionais veiculadas pelos livros de História do Brasil no processo de escolarização do Império.

As matérias de edificação dos programas de ensino, ademais, se convertiam em formas do saber escolar a partir da mediação entre o suporte textual impresso e seus usos em sala de aula. Na escola, ademais, livro didático e saber letrado desdobravam-se em uma cultura escolar em que os sujeitos do processo de educação – professores, alunos e livros – encontravam nos impressos o meio fundamental para mediação entre a palavra do mestre e o saber escolar. O livro, pois, apresentava a correta "metodologia" de ensino, sistematizando dois discursos por meio dos usos pedagógicos de figuras e técnicas de memorização: se, em uma primeira leitura, tornava-se possível "descobrir" o conteúdo das disciplinas, em um segundo momento os livro ofereciam questionários e exercícios para fixação das matérias.

"Livro didático e saber escolar" é uma obra de referência para os estudos em história da educação. À síntese pioneira de Circe Bittencourt, certamente, novos trabalhos acrescentarão análises particularizadas da história dos livros escolares, desdobrando as questões apontadas pela autora tanto no que diz respeito à análise da função dos livros dentre diversos programas escolares – a exemplo da tese de Márcia Razzini (2000), que estuda a *Antologia Nacional* (1895) de Fausto Barreto e Carlos de Laet articulada à formação das disciplinas de Português e de Literatura no Colégio Pedro II – quanto no que tange às especificidades regionais na circulação de obras didáticas – como no recente trabalho de Carlos H. Alves

Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

Corrêa (2006). As práticas letradas, enfim, lograram vincular, em fins do século XIX e início do XX, o saber escolar em estreita dependência dos usos de compêndios: ao acervo didático, gênero autorizado a orientar os programas escolares, a cultura escolar dos anos de República prestará longo tributo. Afinal, os usos dos livros não se encerravam na escola: eram também a mediação para a construção de um Brasil.

Referências:

ABREU, M. (org.). **Trajetórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. (orgs.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

BITTENCOURT, C. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, 2004.

_____. **Livro didático e saber escolar**: 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

CARDOSO, R. (org.). **Impresso no Brasil**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.

CORREA, C. H. A. **Circuito do livro escolar**: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852-1910). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 2006.

GASPARELLO, A. M. **Construtores de identidade**: a pedagogia da nação nos livros didáticos. São Paulo: Iglu, 2004.

RAZZINI, M. P. G. **O espelho da nação**: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1837-1971). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 2000.

* **FELIPE ZIOTTI NARITA** é Mestrando em História na Faculdade de História, Direito e Serviço Social (UNESP - campus de Franca).